



Políticas, Gestão e Direito a Educação Superior: Novos Modos de Regulação e Tendências em Construção

Deise Mancebo^{1*}, João dos Reis Silva Júnior² e João Ferreira de Oliveira³

¹Programa de Políticas Públicas e Formação Humana, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rua São Francisco Xavier, 524, 20550-900, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil. ²Departamento de Educação, Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, São Paulo, Brasil. ³Departamento de Práticas Educativas e Organização Escolar, Faculdade de Educação, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, Goiás, Brasil. *Autor para correspondência. E-mail: deise.mancebo@gmail.com

RESUMO. O presente texto problematiza e busca analisar as tendências em construção em educação superior no Brasil na educação superior brasileira, bem como as mudanças e novas regulações que vêm ocorrendo depois de um período de clara expansão, considerando as políticas e ações projetadas para esse campo na conjuntura de crise que se desenha nos últimos anos. Ele sintetiza um estudo de caráter exploratório; sua construção apoia-se em pesquisa bibliográfica e análise documental de problemáticas convergentes e necessárias à compreensão do tema, mas também na consulta a estatísticas existentes, adotando, portanto, uma perspectiva de análise que conjuga aspectos quantitativos e qualitativos. Conclui apontando desafios e alternativas no campo dos movimentos sociais e políticos.

Palavras-chave: crise econômico-política, políticas de educação superior, direito a educação superior, regulação da educação superior.

Policies, Management and the Right to Higher Education: New Modes of Regulation and Trends in Construction

ABSTRACT. The present text problematizes and seeks to analyze the tendencies in construction in the Brazilian higher education, as well as the changes and new regulations that have been taking place after a period of clear expansion, considering the policies and actions projected for this field, in the conjuncture of crisis in the recent years. It synthesizes an exploratory study and its construction is based on bibliographical research and documentary analysis of convergent questions for the understanding of the theme, but also on the consultation of existing statistics, therefore, adopting a perspective of analysis that combines quantitative and qualitative aspects. It concludes by pointing out challenges and alternatives in the field of social and political movements.

Keywords: economic-political crisis, higher education policies, right to higher education, regulation of higher education.

Políticas, Gestión y Derecho a Educación Superior: Nuevos Modos de Regulación y Tendencias en Construcción

RESUMEN. El presente texto problematiza y busca analizar las tendencias en construcción en educación superior en Brasil en la educación superior brasileña, así como los cambios y las nuevas regulaciones que ocurre después de un período de clara expansión, considerando las políticas y acciones proyectadas para este campo en la coyuntura de crisis que se diseña en los últimos años. Él sintetiza un estudio de carácter exploratorio; su construcción se apoya en investigaciones bibliográficas y análisis documental de problemáticas convergentes y necesarias a la comprensión del tema, y también en la consulta a estadísticas existentes, adoptando, por lo tanto, una perspectiva de análisis que conjuga aspectos cuantitativos y cualitativos. Se concluye señalando desafíos y alternativas en el campo de los movimientos sociales y políticos.

Palabras-clave: crisis económico-política, políticas de educación superior, derecho a educación superior, regulación de la educación superior.

Introdução

O Brasil vive uma complexa conjuntura econômica e política. Seu pano de fundo é a crise

econômica internacional¹, cujo marco foi o ano de

¹ É bastante extensa a literatura sobre a crise de 2008. No plano internacional, duas obras merecem destaque: o livro *A crise estrutural do capital*, de István

2008, que tem provocado um realinhamento entre as diferentes frações do capital, dentro e fora do País; e também, em âmbito mundial, um realinhamento de forças entre os diferentes Estados. Os impactos dessa crise manifestam-se de forma diferenciada em termos geográficos e temporais, mas é inegável que, no último período, impactou com força a periferia do sistema e suas condições de acumulação de capital, criando e intensificando contradições insuperáveis que, por um lado, reduziram as taxas de lucro, a competitividade, e terminaram por constituir obstáculo à própria continuidade dessa acumulação; por outro, têm produzido aumento significativo do desemprego², depauperação dos postos de trabalho restantes, redução de salários, aumento da intensidade do trabalho, ofensiva contra as condições de vida e de luta das classes dominadas, sucateamento dos serviços públicos (educação, saúde, saneamento, abastecimento, transportes) e reforço do aparelho repressivo de Estado, ampliando, sobremodo, as desigualdades estruturais. Por outro prisma, pode-se ao menos inferir que esta forma de produção de vida sub-humana se apresenta altamente desenvolvida, mas, ao mesmo tempo, frágil em processos de abstração: um paradoxo. A autofagia do capitalismo é nua e horrrível, aprofundando na movimentação das gerações contemporâneas a cultura do medo, no sentido ‘habermasiano’ de ‘esgotamento das utopias’ e de ausência de perspectivas para o amanhã. Não há tempo mediado, e tampouco longo tempo, pois a profunda perda de direitos humanos é a exata materialidade da permanência de um eterno presente.

No Brasil, foram abaladas as próprias bases sociais da reprodução política, cujo destaque foi o *impeachment* da presidenta eleita Dilma Rousseff, que veio a ser substituída pelo vice-presidente Michel Temer por decisão do Congresso Nacional. Assim, o Brasil vive mais uma ruptura democrática, acompanhada por uma grave crise política, econômica e social.

Obviamente, essa conjuntura afeta todas as instituições republicanas e, sobremodo, as instituições de educação superior (IES), assim como

as políticas e ações que estavam em curso no tocante a este nível de ensino, a exemplo das metas e estratégias previstas no Plano Nacional de Educação (2014–2024), aprovado pela Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014 (Brasil, 2014).

O presente texto pretende abordar, precisamente, as tendências em construção na educação superior brasileira, bem como as mudanças e novas regulações que vêm ocorrendo depois de um período de clara expansão, considerando as políticas e ações projetadas para esse campo, na conjuntura de crise que se desenha nos últimos anos. Ele sintetiza um estudo de caráter exploratório e sua construção apoia-se em pesquisa bibliográfica e análise documental de problemáticas convergentes e necessárias à compreensão do tema, mas também na consulta de estatísticas existentes, adotando, portanto, uma perspectiva de análise que conjuga aspectos quantitativos e qualitativos.

A Complexa Conjuntura: do Lulismo ao Golpe de 2016

Boa parte da literatura crítica sobre o período tem denominado de ‘lulismo’ os 12 anos que abrangeram os dois mandatos de Luís Inácio Lula da Silva e o primeiro mandato de Dilma Rousseff. Constituiu-se numa etapa da nossa história em que, efetivamente, as políticas sociais compensatórias foram ampliadas, trazendo melhorias para os setores sociais mais empobrecidos da população, sem que uma agenda de reformas estruturais tenha sido cumprida. Assim, o ‘lulismo’ não avançou, estruturalmente, na expansão dos bens e serviços de uso coletivo; foi ineficaz na reversão do processo de reprimarização de nossa pauta de exportações e de (... do processo de...) na desindustrialização do País. Adicionalmente, manteve intacto o oligopólio da mídia e não contribuiu para a elevação dos níveis de politização e organização da classe trabalhadora (Singer, & Loureiro, 2016; Rizek, Oliveira, & Braga, 2010). A dinâmica do ‘lulismo’, em síntese, configurou um período de conciliação de classes, pois jamais rompeu com o modelo econômico de subordinação ao capital financeiro, mas mostrou-se social por meio do uso de políticas focais, cotas e programas sociais conjunturais, além de haver implantado algumas políticas universais de Estado.

Em outro polo, as classes burguesas assumiram, com alto grau de coesão e progressivamente, o seu descontentamento com o programa neoliberal moderado, adotado pelo Partido dos Trabalhadores (PT), “[...] levando até mesmo setores importantes das frações do grande capital, mais beneficiadas por ele, como o capital industrial e o agronegócio, a uma

Mészáros, publicado no calor dos acontecimentos, em 2009, e o livro *O enigma do capital e as crises do capitalismo*, escrito por David Harvey, publicado em 2011. Especificamente sobre os impactos desta crise no Brasil, deve-se mencionar uma coletânea recente: ‘As contradições do lulismo: a que ponto chegamos?’, organizada por André Singer e Isabel Loureiro, composta por artigos, escritos por diferentes pesquisadores, que buscam analisar em detalhe as mais variadas características e contradições do lulismo, com foco centrado, no cenário pós-crise internacional de 2008.

² As informações sobre o desemprego seguem alarmantes, chegando a 13,6% da população em condições de trabalhar, de acordo com a metodologia oficial do próprio Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2017), com base nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad). Assim, tínhamos mais de 14 milhões de indivíduos desempregados entre fevereiro e abril de 2017, mesmo com todas as dificuldades da subnotificação.

postura de distanciamento em relação ao governo e à candidatura governista” (Maciel, 2015).

Sinteticamente, este era o tenso quadro interno que o País vivia e, a partir da reeleição da presidenta Dilma Rousseff, em finais de 2014, um golpe parlamentar-judicial-midiático começa a ser urdido: o *impeachment* da presidenta, ocorrido em 31 de agosto de 2016, sem prova material e cabal, constituindo-se, no País, a montagem de um verdadeiro estado de exceção, como o define Agamben (2004)³, atropelando as ilusões de quem acreditava nas virtudes infinitas da política de conciliação de classes – a ideia de que seria possível superar o *apartheid* social e o subdesenvolvimento no Brasil sem confronto com as elites dominantes, mas apenas por meio do crescimento da economia.

Por outro lado, a crise nos Estados Unidos em 2008, que migrou, em seguida para a Europa e prossegue até os tempos atuais, face à vulnerabilidade sistêmica do regime de predominância financeira, hegemônico na atual fase do capitalismo, marcou um quadro externo que impôs mudanças à periferia, gerando uma nova situação geopolítica na América Latina. Na virada do milênio, havíamos assistido a certo giro à esquerda. De acordo com Domingues (2015), esse giro foi ‘modesto em seus resultados’, mas teve o mérito de remar contra a maré global, e “[...] ele significou a implantação de um social-liberalismo de cunho progressista, tendo em seu centro políticas de equidade que suavizaram de forma humanitária e economicamente estimulante as agruras das massas de miseráveis da região mais desigual do mundo”. Implicou, ainda, uma maior centralidade de Estados “[...] na coordenação da vida econômica e um distanciamento dos ditames mais severos do capital financeiro” (Domingues, 2015). Esse ‘giro’ atingiu seus limites sem que uma mudança mais decidida de modelo econômico ocorresse e sem que a igualdade propriamente houvesse sido alcançada (Mancebo, 2017).

No caso brasileiro, as mudanças estruturais que se faziam necessárias deveriam ter implicado uma agenda que incluísse: a revisão da dívida pública e do sistema tributário; a mudança da estrutura de impostos, fazendo-a progressiva, baseada na riqueza antes que nos rendimentos do trabalho; a reforma agrária, acompanhada do financiamento de pequenos produtores e cooperativas; a retomada da industrialização, de modo a melhorar o tecido

econômico do País e reverter sua reprimarização e o que alguns chamam de ‘consenso das *commodities*’; o rompimento do oligopólio de comunicação que compromete o discernimento social e o apoio à elevação do Mercado Comum do Sul (Mercosul) a um estágio mais avançado do que o de mero mercado comum (Sader, 2016; Mancebo, 2017). Esse conjunto de medidas, porém, exigiria forte participação do Estado na esfera pública e razoável produção e uso do fundo público. Implicaria o não lastreamento do capital financeiro, que, ademais, move a economia brasileira desde o Plano Real.

Nenhuma dessas pautas se concretizou plenamente. Ao contrário, a vitória do rentismo, institucionalizado progressivamente a partir da crise de 2008, só aprofundou as contradições estruturais da ordem burguesa no plano mundial, e também no Brasil, principalmente no que tange ao orçamento público, abrindo espaço para a adoção das chamadas políticas de ajuste (austeridade) neoliberal.

Nos casos e lugares em que a direita voltou ao governo, assiste-se não apenas a um retrocesso social, mas também a um retrocesso econômico e político, bem como a um giro na política externa, que volta a ser mais intensamente subalterna aos interesses norte-americanos. Obviamente, cada país da América Latina e do Caribe tem sua própria história, irredutível e única. Mas os episódios político-econômicos ocorridos nos últimos tempos, inclusive no Brasil, confirmam que nossas diferenças, aliás relevantes, convivem com imensas semelhanças. Citando Pomar (2016, p. 16), destacamos que nossas classes dominantes: (1) preferem subordinar-se ao capital internacional do que construir experiências democráticas e progressistas de desenvolvimento soberano; (2) e seus representantes políticos e midiáticos, têm com a democracia uma relação meramente instrumental; (3) preferem ganhar dinheiro por meio da desigualdade e da dependência das metrópoles do que por intermédio da integração regional e da promoção da igualdade.

Esta síntese dos interesses econômicos, políticos e geopolíticos do capitalismo neoliberal, em sua etapa de crise estrutural, permite-nos afirmar que a profundidade da crise econômica mundial (de 2008), que chegou com furor aos países sul-americanos, eliminou, progressivamente, as condições necessárias à manutenção do ‘lulismo’ e à conciliação de classes, tornando cada vez mais evidente a incapacidade dessa estratégia em se manter como alternativa econômica, política e social. Finda essa etapa, um golpe é impetrado no País, com todos os requintes de uma plataforma programática do neoliberalismo extremado (Mancebo, 2017).

³ Giorgio Agamben (2004, p. 92) define o funcionamento do ‘Estado de Exceção’ a partir de um paradigma que desenvolve “[...] uma zona de anomia que, de um lado, deve ser mantida a todo custo em relação com o direito e, de outro, deve ser também implacavelmente libertada dessa relação”. Deve-se registrar que, no Brasil, essa zona de anomia foi construída a partir de uma imensa ampliação do número de normas em várias áreas do Direito, visando sancionar a cidadania.

De um modo geral, esta plataforma – sintetizada no documento ‘Uma ponte para o futuro’ (Partido do Movimento Democrático Brasileiro [PMDB], 2015) –, indica a rendição ao ciclo do capital financeiro, que comprime o ciclo do capital e cujo acúmulo de compressões recai sobre o ciclo de produção real do valor. Tal processo tem duas consequências estruturais: 1) redução fantástica do custo do trabalho vivo e 2) reforma do Estado, fazendo-o deixar espaço para o capital financeiro e oferecer o fundo público a este tipo de capital que entra no País para lastrear-se⁴.

Isto explica a extinção de muitos direitos dos trabalhadores⁵, a tentativa de destruição da Consolidação das Leis do Trabalho, a Reforma da Previdência e a radicalização de mudanças na educação superior pública, da qual se espera, por um lado, uma forte contribuição para o fluxo da cadeia produtiva e, por outro, a produção de uma hegemonia que mitigue a democracia e os direitos subjetivos e inalienáveis do cidadão (Silva Júnior, 2017).

Retomamos os termos do documento ‘Uma ponte para o futuro’ (PMDB, 2015), que defende a tese central de que se gasta muito com políticas públicas, fazendo-se necessário um equilíbrio fiscal por meio de corte dos gastos públicos. Sintomaticamente, os verdadeiros ‘problemas fiscais’ não merecem nem uma linha nesse programa. Segundo Marcelino (2016, grifo do autor):

Nada [é escrito] sobre os gastos com pagamentos de juros da dívida da ordem de R\$ 311,5 bi, desonerações tributárias excessivas que alcançaram R\$ 104 bi e a baixa arrecadação devido à ‘greve de investimentos’ de diversos setores do empresariado pelo menos desde 2012. Estes problemas fiscais se agravaram em 2015 com a política monetária e fiscal do plano de austeridade do governo [Dilma].

Em termos bem gerais, ‘Uma ponte para o futuro’ é um programa político-econômico que pretende, de um lado, aprofundar o papel de um ‘Estado mínimo’ para realizar o benefício social e, de outro, é suficientemente forte para incrementar a participação da iniciativa privada, flexibilizar o

mercado de trabalho e ampliar a concorrência internacional, abrir de maneira escancarada as portas para a venda do patrimônio nacional, suprimindo, e até aprisionando, liberdades.

Conforme Kliass (2007), um dos aspectos mais paradoxais desse fenômeno reside no tratamento absolutamente desigual que o comando da economia confere aos diferentes tipos de gasto público. Por um lado, alardeiam-se os supostos ‘sucessos’ obtidos nos cortes de verbas e nos contingenciamentos das rubricas do orçamento nas áreas sociais e nos investimentos devidos ao Estado; por outro, os compromissos assumidos junto ao mercado financeiro são sempre considerados como variáveis ‘imexíveis’ do modelo.

Relacionados a esses princípios mais amplos, propõem-se:

- 1 - uma política de ajuste fiscal, já normatizada em 2016, por meio da Emenda Constitucional n. 95, de 15 de dezembro de 2016 (Brasil, 2016a), que instituiu um novo regime fiscal no País para os próximos 20 anos (2017-2037), e que tem como meta assegurar o pagamento da dívida pública, beneficiando o setor financeiro e protegendo os interesses dos detentores do capital rentável;
- 2 - a eliminação da indexação de qualquer benefício, inclusive aposentadorias, ao valor do salário mínimo;
- 3 - a desvinculação do salário mínimo em relação à inflação, selando o fim da política de sua valorização⁶;
- 4 - o ataque aos direitos trabalhistas, encarados como custos empresariais e que já se encontra encaminhado em dois sentidos: primeiro, com a aprovação da Lei n. 13.429, de 31 de março de 2017 (Brasil, 2017), que garante, dentre outros aspectos, a terceirização irrestrita e, em segundo lugar, a reforma trabalhista proposta pelo Projeto de Lei n. 6.787/2016 (Brasil, 2016c), aprovada na Câmara em 27 de abril de 2017, que flexibiliza o patamar normativo mínimo estabelecido pela CLT e indica ao patronato a liberação e o rebaixamento das regras de uso e remuneração da força de trabalho, em vários sentidos;
- 5 - a reforma da Previdência Social, apresentada como uma das fortes responsáveis pela crise fiscal, cujo texto, sugerido pelo governo através da Proposta de Emenda Constitucional n. 287/2016 (Brasil, 2016b), que tramita na Câmara, atropela direitos adquiridos, desconsidera as desigualdades de gênero e as heterogeneidades da zona rural brasileira, promove profunda modificação na

⁴ Pode-se afirmar que hoje assistimos a um aprofundamento do que se iniciara, nos idos de 1990, com o governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC). O ‘Plano Real’ e o programa ‘Uma Ponte para o Futuro’ são da mesma matriz teórico-política; o segundo acentua drasticamente o primeiro e de forma ilegítima, posto que FHC foi eleito. Os dois, no entanto, têm sua razão estrutural na compressão dos ciclos de movimentação de capital e são a ponta do ordenamento jurídico que se torna possível com a Reforma do Aparelho do Estado, conduzida pelo então Ministro de FHC Bresser-Pereira.

⁵ Foram tantos os direitos perdidos, ou que se encontram sob ameaça de extinção, que deram vazão à produção do livro *Um golpe por dia: 365 direitos perdidos*, publicado em 2017, sob a coordenação editorial de Monica Rodrigues. Nele, encontra-se uma síntese dos 12 primeiros meses do governo Temer, com 365 fatos e medidas que implicaram a perda de direitos dos brasileiros. A cada mês foi destacada uma política pública e, em bom estilo jornalístico, apresenta-se como ela está sendo desmontada.

⁶ O salário mínimo nacional para 2017 foi fixado em R\$ 937,00. Esse valor corresponde a um reajuste salarial equivalente a 6,47%, em relação ao piso salarial de 2016. Deve-se registrar que, pela primeira vez, desde 2003, o salário mínimo não tem um aumento (real) acima da inflação.

Seguridade Social, consistindo na quebra do paradigma de evolução protetiva instaurado com a Constituição Federal;

6 - o incremento das privatizações, donde se pode esperar o fim do regime de partilha e de controle da Petrobrás, do Pré-Sal, bem como a venda de ativos da Caixa Econômica e do Banco do Brasil, e

7 - uma política de comércio internacional, na qual o papel do Mercosul e dos BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) é minimizado, submetendo o País às parcerias transatlânticas e transpácificas, lideradas pelos EUA, que privilegiam os investidores estrangeiros, agredindo a soberania e a proteção socioambiental brasileira.

Adicionalmente, merece destaque a situação brasileira no campo, onde a resposta à crise se manifesta com o avanço do agronegócio, na proteção das terras improdutivas para futura expansão dos negócios agrícolas, impedindo a ampliação da Reforma Agrária. Tudo isso, com um amplo processo de criminalização dos movimentos sociais que lutam pela terra (e pela educação no campo) e com a intensiva proposição do agronegócio como única lógica possível para o desenvolvimento, não somente da produção, mas da educação, da pesquisa, da assistência técnica, dentre outros aspectos.

A 'Ponte para o futuro' (PMDB, 2015), cuja concretização, como vimos, já se encontra bastante avançada em seus aspectos normativos, significa um forte retrocesso nos direitos inscritos na Constituição de 1988 (Brasil, 1988), nas conquistas, mesmo que insuficientes, alcançadas nos governos liderados pelo PT desde 2003, e até nas conquistas da 'Era Vargas'. Deve-se registrar, outrossim, que o programa 'Ponte para o Futuro' é a radicalização – exigida pela crise estrutural e mundializada – do 'Plano Real', assim como a Emenda Constitucional n. 95/2016 (Brasil, 2016a), acentua a Lei de Responsabilidade Fiscal – Lei Complementar n. 101, de 4 de maio de 2000 (Brasil, 2000) – criada durante o governo de Fernando Henrique Cardoso. Destaca-se que o 'Plano Real', além de ter sido uma estratégia de contenção da hiperinflação eleitoreira foi, sobretudo, o plano que mudou os fundamentos da economia brasileira para aderir à mundialização do capital, sob regime de predominância financeira.

Feito este breve diagnóstico da situação econômica e política brasileira e da plataforma programática do novo governo, já em avançado curso, cabe perguntar: que impactos já se podem visualizar na educação superior?

Educação Superior na Conjuntura de Exceção: Novos Modos de Regulação⁷ e Tendências em Construção

O exame da atual conjuntura da educação superior brasileira constitui-se em notório desafio.

Primeiramente, porque a educação superior brasileira é bastante diversificada e heterogênea, especialmente no tocante a organização acadêmica, qualidade e inclusão social. Tal diferenciação não é uma marca doméstica, pois o sistema universitário, no plano internacional, vem passando por transformações rumo a um sistema pós-secundário amplamente diversificado, com uma multiplicidade de arranjos institucionais, fortemente incentivados por organismos internacionais (Mancebo, 2015; Silva Júnior, 2017). A diferenciação, ou diversificação, refere-se não somente à necessidade de proliferação de estruturas integradas que possam dar oportunidades de atendimento a diferenças de motivação, a perspectivas profissionais e de capacidade dos estudantes, mas principalmente à necessidade de um atendimento mais ágil às demandas especializadas do processo de crescimento econômico e de mudança social e, ainda, o que é particularmente importante, à necessidade de imprimir forte contenção nos gastos públicos.

Em segundo lugar, a análise da educação superior na conjuntura atual habita um terreno ardiloso, porque incide sobre um tempo presente muito especial e crítico, no qual estamos completamente mergulhados e implicados, exposto, em linhas gerais, na primeira parte do texto.

Mesmo considerando as dificuldades do tema, passamos ao seu desenvolvimento.

Preliminarmente, deve-se afirmar que a natureza da ciência e da educação superior vem passando por profundas modificações no contexto de uma nova ortodoxia econômica, que envolveu a passagem do equilíbrio do poder e de interesses da burguesia de atividades produtivas para instituições vinculadas ao capital financeiro. Apesar de constituir um processo valorativo altamente abstrato e também depender da economia produtiva, esse novo arranjo possibilita que o financiamento econômico se imponha como lógica econômica dominante. Mais do que uma aliança entre finanças e indústria, há uma subsunção desta por aquela, submetendo a lógica produtiva à lógica financeira de retornos vultosos e de curto

⁷ Adotamos, neste texto, a conceituação de regulação tal como proposta por Cabrito (2011, p. 187): "Em termos amplos, e no quadro institucional, entendo por regulação o modo como os portadores de autoridade coordenam, controlam e influenciam o sistema educativo e seus atores, por meio de regras, normas, pressões e constrangimentos, condicionando a ação daqueles atores em função dos objetivos políticos que perseguem. Neste sentido, a regulação concretiza-se nas ações que os detentores dos órgãos de poder, isto é, aqueles que possuem a capacidade para exercer constrangimentos com êxito e dentro da legalidade, realizam com o objetivo de levar os governados a executarem suas decisões".

prazo para os acionistas (Chesnais, 1996; Harvey, 2005). Adicionalmente, como observa Sguissardi (2015, p. 98), nesse contexto de mundialização do capital financeirizado, “[...] a ciência e a educação superior adquirem um valor cada dia maior como efetivas mercadorias [...]”; as instituições com capacidade de produzi-las passam a ser vistas como uma nova “[...] empresa produtora, ainda que indireta, de mais valor” (Sguissardi, 2015, p. 98). Pode-se afirmar, portanto, que grandes transformações ocorreram nas instituições de educação superior em boa parte do mundo, engendradas, em última instância, pela hegemonia do capital financeiro, sob a égide do capital portador de juros e do capital fictício (Mancebo, 2017).

No Brasil, a década de 1990 foi o marco histórico dessas profundas mudanças e também na cultura institucional da educação superior, que se prolonga e se aprofunda até os dias atuais. Na impossibilidade de desenvolver todas as etapas que se processaram nas políticas públicas brasileiras, vamos nos ater ao momento atual e, neste, o que se verifica diz respeito à ‘adaptação e acomodação’ do País à conjuntura de crise internacional. É uma conjuntura complexa, na qual se articulam crise econômica e crise política, e as instituições de ensino superior veem-se afetadas, principalmente, pela recessão e, depois, pelos cortes sistemáticos advindos da Federação e de diversos entes federativos.

A rede pública de educação superior

A faceta mais visível da ‘acomodação’ da rede pública de educação superior é o abandono da infraestrutura física dos *campi*, em função dos cortes de verbas para manutenção e renovação das instituições⁸. Todavia, as dificuldades não se esgotam aí. O movimento de expansão de matrículas e cursos – caso do programa Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) – é refreado em função dos ajustes, o que compromete o direito à educação, além de deixar às instituições a amarga tarefa de reconfigurar diversos procedimentos internos, para fazer frente à expansão (do período anterior) que lhes legou mais alunos, cursos, *campi* e forte interiorização, sem financiamento para a devida consolidação.

⁸ No plano federal, no mês agosto de 2016, o ainda interino governo Temer decidiu cortar quase metade dos recursos das universidades públicas. Com cerca de R\$ 350 milhões a menos em investimentos para as 63 universidades federais (corte de 45%), os estudantes e a pesquisa científica também se viram abalados. Outro baque para a pesquisa foi o corte de 20% das bolsas realizadas pelo CNPq, que também teve seu orçamento reduzido. No plano estadual, não foram poucos os governos que se alinharam às políticas de austeridade. A situação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro é exemplar, sob esse aspecto. Conforme o livro *Hoje acordei pra luta: intelectuais pela universidade pública*, organizado por Phellipe Marcel, Mauro Siqueira e Iuri Pavan (2017), nessa universidade é grande a deterioração das condições de trabalho e estudo, devido, dentre outros aspectos, à falta de limpeza, de coleta de lixo e de vigilância insuficientes e, praticamente, à ausência de manutenção dos prédios.

Outro movimento, já perceptível em algumas IES públicas, refere-se a certo enxugamento de suas funções, priorizando-se o ensino (caso dos institutos federais de educação, ciência e tecnologia – IFEs), em detrimento da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. O ensino, por seu turno, muitas vezes aligeirado, voltado às exigências de mercado ou ainda mediante o uso apressado e aligeirado do ensino a distância (EAD), nem sempre se encontra adaptado às necessidades dos novos estudantes que adentraram a universidade pública, criando sérios problemas de evasão.

Também é necessário relevarmos as diversas estratégias de desregulamentação e ataque aos direitos trabalhistas que vêm ocorrendo nas IES públicas (federais e estaduais). Conforme Mancebo (2017):

Diversos governos, além do federal, têm adotado, de forma mais recorrente, ‘alternativas’ para reduzir o custo da força de trabalho, através da implementação de variadas estratégias de precarização, com vistas à transformação das relações de trabalho e redução da folha de pagamento. Uma situação que vem se generalizando e que está a requerer investigações mais aprofundadas refere-se à terceirização da força de trabalho auxiliar – mas que poderá ser estendida para os trabalhadores das atividades fins – com contratos com empresas que negam aos funcionários, inclusive, direitos trabalhistas básicos e proteção (Mancebo, 2017, grifo do autor).

Para finalizar a análise dos impactos da atual conjuntura na educação superior pública, é preciso abordar a produção do conhecimento, cuja identidade tem sido profundamente afetada. Como discute Lander (2005, p. 5): “[...] *con el acelerado desplazamiento del financiamiento público por el corporativo y las relaciones cada vez más estrechas entre universidad e industria, se han producido transformaciones profundas en la cultura académica y en el ethos de la ciencia*”. Por certo, nesse campo, é forte o movimento que tenta vincular, organicamente, a produção de conhecimento às cadeias produtivas locais, nacionais e mundializadas. Isso impõe às IES e comunidades de pesquisa – o que já é verificável em algumas instituições – a sua própria pauta de investigação, o que implica dizer que a pesquisa, fortemente realizada na pós-graduação, tende a se orientar pela economia mundial movida, também neste nível, pelo capital financeiro (Silva Júnior, 2017; Lander, 2005). Assim, a ciência e a atividade de investigação universitária não escapam dos avanços da lógica mercantil que invade, progressivamente, mais e mais âmbitos da vida coletiva.

Sob a influência do país hegemônico – os Estados Unidos –, o novo tipo de conhecimento assume a

característica de *Raw Material Knowledge* que, em tradução livre, significa o ‘conhecimento matéria-prima’: aquele que é capaz de romper o *gap* entre ciência e tecnologia exigido estruturalmente pela compressão espaço-temporal. Trata-se de um conhecimento que é transformado de imediato em produto, serviço e processo (Silva Júnior, 2017; Oliveira, Ferreira, & Moraes, 2015).

A rede privado-mercantil de educação superior

Pode-se afirmar que para as IES privado-mercantis, que detinham 73% das matrículas em cursos de graduação em 2015, os efeitos da crise e dos ajustes não são os mesmos.

Preliminarmente, precisamos lembrar que este setor é fortemente financeirizado, desde meados de 2000, quando seus negócios são abertos na bolsa de valores. Desde então, a lógica dos negócios passa a ser a da “[...] maximização do valor ao acionista” (Guttmann, 2008, p. 12), qual seja, ocorre um esforço contínuo em alinhar os objetivos da administração dessas empresas educacionais aos interesses dos acionistas, através da adoção de práticas mais justas, proporcionando maior liquidez e melhor valorização das ações negociadas no mercado. Por essa e outras razões, como veremos a seguir, os efeitos da crise nesse setor não são os mesmos apontados para a rede pública. Na realidade, são opostos.

Conforme detalhado diagnóstico elaborado por Valdemar Sguissardi (2015, p. 103), “[...] as IES do país com fins lucrativos e, em especial, as mantidas por empresas de capital aberto e envolvidas no mercado acionário, [...] hoje, apresentam-se como o setor de maior rentabilidade dentre os setores atuantes na BM&FBovespa”. O mesmo autor, acompanhando a evolução do índice do Ibovespa e do valor das ações em 2013 e 2014, conclui: “[...] em dois anos, a Kroton teve uma valorização de suas ações na Bolsa de 314,87%; a Estácio, 240,97%; e a Anhanguera, nos dois anos que correram até 28 de março de 2014, 85,89%” (Sguissardi, 2015, p. 122).

Esse diferencial no enfrentamento da crise pode ser atribuído a vários fatores, dentre os quais se destaca a forte indução estatal. Conforme dados apresentados por Chaves e Guimarães (2017), em 2016 o governo federal liberou R\$ 19,57 bilhões para o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) e o Programa Universidade para Todos (Prouni). O que é mais surpreendente é que essas despesas passaram a representar, aproximadamente, 16% do orçamento total sob supervisão do MEC. Em termos financeiros, os recursos destinados à educação superior privada, por meio do Fies e do Prouni,

cresceram aproximadamente 1.151%: de R\$ 1,56 bilhão, em 2003, para R\$ 19,57 bilhões, em 2016⁹.

Em síntese, mesmo nesse contexto de crise no financiamento das IES públicas e de restrição aos direitos da classe trabalhadora e da população, o governo federal continua adotando medidas que enfraquecem os mecanismos de controle e favorecem o crescimento das IES privado-mercantis, em especial os grandes grupos empresariais que, a partir de 2007, ingressaram no mercado de ações.

A nova dinâmica empresarial do setor privado-mercantil – com a abertura para o mercado de ações, que possibilita o aumento de seu capital e a compra de outras instituições menores, espalhadas no País – tem possibilitado a oligopolização desse setor, transformando a educação superior de direito em mercadoria. Assim, essa nova lógica financeira das IES mercantis, acompanhada de outras estratégias organizacionais, é incompatível com os princípios que norteiam o processo educativo. A expansão do acesso nessas instituições, que de fato ocorreu, tem favorecido, na realidade, a oligopolização desse ramo de negócios, com a criação de grandes conglomerados educacionais.

Gerencialismo e conservadorismo na educação superior

Para concluir este diagnóstico preliminar da atual etapa da educação superior brasileira, deve-se destacar o conceito hegemônico de qualidade que tem norteado boa parte das políticas implantadas no setor público e no privado. O conceito hegemônico de qualidade é o proferido pelos defensores da ‘nova gestão pública’ segundo a qual a qualidade na educação se relaciona diretamente ao cumprimento de metas, à produtividade, ao desempenho, à eficácia, à efetividade e à excelência, assim como ao paradigma da gestão corporativa, no caso das IES privado-mercantis. Para se alcançar a qualidade, seria necessário monitoramento, adequação a padrões pré-definidos e produção de informações ao mercado consumidor gerida pelo marketing e pela competição. Essa dinâmica é particularmente forte na pós-graduação e nas comunidades de produção de conhecimento, visto que muitas das ações, em termos de avaliação das agências de financiamento (Capes, CNPq, Finep, Fundações de Apoio, Embrapii, etc.), utilizam amplamente tais conceitos diante da opção de ranqueamento para fins de concessão de recursos.

⁹ De fato, o número de novos contratos do Fies caiu muito de 2014 para 2016. De acordo com o Portal do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), enquanto em 2014 havia um total de 731.700 novos contratos, em 2016 esse número foi de somente 203.392 contratos (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação [FNDE], 2017). Todavia, em termos de gastos, o aumento permaneceu como tendência, passando de R\$14,6 bilhões de reais, em 2014, para R\$ 18,3 bilhões, em 2016 (Chaves & Guimarães, 2017).

Também é digno de destaque o clima conservador e antidemocrático que se vem instalando no campo da discussão educacional (tanto básica quanto superior), no qual pelo menos três questões merecem referência pela seriedade das matérias e pelas repercussões que vêm tendo nas comunidades educacionais e na sociedade.

A primeira, refere-se à proposta da ‘Escola sem Partido’, que, em termos bem diretos, faz a apologia de uma escola sem ideologia e atualiza o mito da neutralidade do conhecimento, propondo a ausência de componentes político-ideológicos no exercício do trabalho docente. Desse modo, desconsidera os determinantes históricos, sociais, culturais e ideológicos que perpassam a produção e a transmissão do conhecimento, bem como as contradições sociais concretas que se manifestam nas diferenças de classe, gênero, etnia, dentre outros, negando a concepção de educação como práxis humana e como um ato político, e a escola como um espaço de disputa de projetos, de construção de potencialidades, de conhecimentos críticos e do exercício da cidadania. Na realidade, a proposta fere o próprio conceito de educação, pois, sob o pretexto de reduzir algum caráter ideológico do ensino, coloca em risco todo o ensino. No limite, como analisado pelo Andes-Sindicato Nacional (Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior [Andes-SN], 2016), é uma afronta à democracia, à liberdade de expressão e manifestação de um instrumento de criminalização do trabalho docente.

A segunda questão a destacar é a forte criminalização dos movimentos sociais. A reação política (e policial) é cada vez mais forte, inclusive contra jovens estudantes que ocupam suas escolas e instituições de educação superior em protesto contra medidas governamentais. A perseguição política instala-se cada vez mais intensamente e o sectarismo segue seu curso, mediante uma ‘interpretação’ enviesada da lei: é a natureza do golpe jurídico-parlamentar maior, manifestando-se no cotidiano.

A terceira questão diz respeito às alterações no padrão de regulação e regulamentação da educação superior, em favor de uma maior liberdade para a expansão do setor privado mercantil e internacionalizado. Está em curso uma revisão da legislação que estabelecia maiores parâmetros para o credenciamento das instituições e autorização e reconhecimento de cursos de graduação e pós-graduação. O governo tem alterado leis, decretos, portarias e resoluções, dando maior liberdade de atuação às empresas privadas que atuam no campo da educação, além de buscar favorecer o acesso aos recursos do fundo público, por meio, por exemplo, do Fies e do Prouni.

Considerações finais

No momento em que concluímos este texto, discute-se a inevitabilidade da saída do governo Temer e a necessidade da convocação de novas eleições, o que dependerá da organização, da radicalidade e da coerência programática dos que se opõem ao atual estado de exceção. Todavia, seja qual for o rumo da história, não se pode apostar tão somente em eleições, pois, assim, persiste-se no erro de supervalorizar a política institucional, renunciando ao poder que pode ser construído nas ruas e nas organizações populares.

As resistências já vêm ocorrendo. Os movimentos sociais e sindicais no Brasil têm muita vitalidade e já estão se opondo aos últimos acontecimentos, cabendo destaque à greve geral levada a cabo em 28 de abril de 2017. Mas também é certo que os movimentos sociais se exaurem na luta pela vida cotidiana, pelo salário, pela manutenção dos direitos, e nem sempre conseguem tempo e energia para conceber claramente um projeto de futuro além do capital (Antunes, 2016). Assim, urge pensar em um programa contra-hegemônico, um programa para as próximas décadas, com a consciência de ultrapassar a política de conciliação de classes e o ‘lulismo’, e que, nesse campo e com essa radicalidade, não há espaço para avançar sem conflito e enfrentamento.

O mesmo se faz necessário com relação à educação superior, pois, tanto no setor privado como no público, o quadro é bastante desanimador e são inúmeras as questões a serem debatidas e combatidas. Assim, faz-se necessário romper o silêncio cúmplice quanto aos planos, programas e atividades que estão sendo impostos, muitas vezes com alianças e interlocutores internos às IES.

A resposta e a ação não são simples, obviamente, mas podem-se delinear alguns cenários, conforme registra Mancebo (2017): “[...] em primeiro lugar, é preciso tornar as IES relevantes tanto em termos sociais quanto em termos científicos, e para tal urge uma reconciliação dos seus intelectuais com o conhecimento crítico, reflexivo e, por isso mesmo, insubmisso aos interesses mercantis e antidemocráticos [...]”, o que exige debate democrático sobre a própria gestão da ciência e da tecnologia.

Em seguimento, permanece o desafio de superarmos números alarmantes relativos à educação superior. O Observatório do PNE (2017), baseado na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios do IBGE, indica que, em 2015, somente 18,1% da população brasileira de 18 a 24 anos (taxa líquida) estava matriculada na educação superior (incluindo a

pós-graduação); a taxa líquida de matrícula na educação superior das populações rurais era de 6,5%; a taxa líquida do quartil mais rico era de 41,5% e o do quartil mais pobre da população, de somente 6,9%, e, por fim, a vergonhosa desigualdade que nos indica que a taxa líquida de matrícula na educação superior da população branca era quase o dobro das taxas das populações negras e indígenas.

As mudanças em curso implicam certamente uma análise das novas políticas que estão sendo gestadas, das alterações no padrão de organização, gestão e tomada de decisões nas IES, especialmente nas universidades públicas, e da perspectiva do direito à educação superior em um contexto de forte privatização, de precariedade nas condições de trabalho e de cerceamento da expansão pública.

Nesse quadro, há que se considerar que a problemática da educação superior atual, especialmente nos países que não compõem o centro do capitalismo, como o Brasil, é de reversão bastante complexa. Não mudará sem uma profunda reforma de seus espaços estritamente acadêmicos, mas tampouco mudará contando apenas com os protagonistas diretos da universidade - professores, técnicos, funcionários administrativos e estudantes. Assim, há que se levar mais a sério a hipótese desenvolvida por Roberto Leher (2015, p. 4), de que “[...] sem os movimentos sociais antissistêmicos, a defesa de um lugar estratégico para a universidade pública, crítica e autônoma no projeto de nação, permanecerá débil e, possivelmente, inviável”.

Referências

- Agamben, G. (2004). *Estado de exceção*. São Paulo, SP: Boitempo.
- Antunes, R. (2016). O pântano no volume morto: degradação institucional brasileira atinge ponto mais agudo [Entrevista concedida à Raphael Sanz]. *Correio da Cidadania*. Recuperado de http://www.correio.cidadania.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=11554%3A2016-04-02-16-38-22&catid=34%3Amanchete.
- Brasil. (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988*. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm.
- Brasil (2000). *Lei Complementar n. 101, de 4 de maio de 2000*. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp101.htm
- Brasil. (2014). *Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014*. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm.
- Brasil (2016a). *Emenda Constitucional n. 95, de 15 de dezembro de 2016*. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc95.htm
- Brasil, (2016b). *Proposta de Emenda Constitucional n. 287, de 2016*. Altera os arts. 37, 40, 109, 149, 167, 195, 201 e 203 da Constituição, para dispor sobre a seguridade social, estabelece regras de transição e dá outras providências. Recuperado de http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1527338&filename=EMC+3/2017+PEC28716+%3D%3E+PEC+287/2016
- Brasil (2016c). *Projeto de Lei n. 6.787, de 2016*. Altera o Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho, e a Lei nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974, para dispor sobre eleições de representantes dos trabalhadores no local de trabalho e sobre trabalho temporário, e dá outras providências. Recuperado de http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?jsessionid=1B0A4F2AFCBD F82819E4E66B49510DB1.proposicoesWebExterno1?codteor=1523451&filename=Avulso+-PL+6787/2016
- Brasil (2017). *Lei n. 13.429, de 31 de março de 2017*. Altera dispositivos da Lei nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974, que dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas e dá outras providências; e dispõe sobre as relações de trabalho na empresa de prestação de serviços a terceiros. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13429.htm
- Cabrito, B. (2011). Políticas de regulação e mudanças recentes no ensino superior em Portugal. In A. C. Neto, I. V. Nascimento, & V. L. J. Chaves (Ed.), *Política de expansão da educação superior no Brasil: democratização às avessas* (p. 187-204). São Paulo, SP: Xamã.
- Chaves, V. L. J., & Guimarães, A. R. (2017). Política econômica, dívida pública e financiamento da educação superior no Brasil. In *Apresentação no XXV Seminário Nacional da Rede Universita/Br*. Recuperado de https://drive.google.com/file/d/0Bw_ptl_xxOGFdmRCek02dWpaZVkv/view
- Chesnais, F. (1996). *A mundialização do capital*. São Paulo, SP: Xamã.
- Domingues, J. M. (2015). A conjuntura em duas durações: da crise à disputa do futuro. *Trincheiras, Revista do IBASE*, 1. Recuperado de http://www.academia.edu/12210838/A_conjuntura_em_duas_dura%C3%A7%C3%B5es_da_crise_%C3%A0_disputa_do_futuro_Trincheiras_no_1_IBASE_abril_2015.
- Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). (2017). *Financiamentos concedidos*. Brasília, DF. Recuperado de <http://www.fnde.gov.br/financiamento/fies/mantenedoras-e-ies/financiamentos-concedidos-fies>
- Guttmann, R. (2008). Uma introdução ao capitalismo dirigido pelas finanças. *Novos Estudos Cebap*, 82.

- Recuperado de http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002008000300001&lng=pt&nrm=iso
- Harvey, D. (2005). *O novo imperialismo* (2a ed.), São Paulo, SP: Loyola.
- Harvey, D. (2011). *O enigma do capital e as crises do capitalismo*. Lisboa, PT: Bizâncio.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE]. (2017). *Agência IBGE notícias*. Recuperado de <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2013-agencia-de-noticias/releases/9990-pnad-continua-taxa-de-desocupacao-fica-em-13-6-no-trimestre-encerrado-em-abril-de-2017.html>
- Kliass, P. (2017). *O Brasil sob a ditadura financeira*. Recuperado de <http://outras-palavras.net/outras-midias/?p=447884>
- Lander, E. (2005). La ciencia neoliberal. *Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales*, 11(2). Recuperado de http://www.scielo.org.ve/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1315-64112005000200003
- Leher, R. (2015). Movimentos sociais, padrão de acumulação e crise da universidade. In *Anais da 37ª Reunião Nacional da Anped*. Florianópolis, SC. Recuperado de <http://37reuniao.anped.org.br/wp-content/uploads/2015/02/Trabalho-de-Roberto-Leher-para-o-GT11.pdf>
- Maciel, D. (2015). *A crise atual no Brasil*. Recuperado de <http://marxismo21.org/wp-content/uploads/2015/05/Conjuntura-David-Maciel.pdf>
- Mancebo, D. (2015). Educação superior no Brasil: expansão e tendências (1995-2014). In *Anais da 37ª Reunião Nacional da Anped*. Florianópolis, SC. Recuperado de <http://37reuniao.anped.org.br>
- Mancebo, D. (2017). Crise político-econômica no Brasil: breve análise da educação superior. *Educação & Sociedade*, 38(139), 2017. Recuperado de http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302017005005105&lng=pt&nrm=iso
- Marcel, P., Siqueira, M., & Pavan, I. (Eds.), (2017). *Hoje acordei pra luta - Intelectuais pela universidade pública*. Rio de Janeiro, RJ: Eduerj.
- Marcelino, F. (2016). *Temer e sua ponte para o passado*. Recuperado de <http://outraspalavras.net/brasil/temer-e-sua-ponte-para-o-passado>
- Mészáros, I. (2009). *A crise estrutural do capital*. Rio de Janeiro, RJ: Boitempo.
- Observatório do PNE. (2017). *Educação Superior*. Recuperado de <http://www.observatoriodopne.org.br/metaspne/12-ensino-superior>
- Oliveira, J. F., Ferreira, A. M., & Moraes, K. N. (2015). A política e a cultura de inovação na educação superior no Brasil. In A. M. Catani, & J. F. Oliveira (Eds.), *Educação superior e produção do conhecimento* (p. 127-164). Campinas, SP: Mercado de Letras.
- Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). (2015). *Uma ponte para o futuro*. São Paulo, SP: Fundação Ulysses Guimarães.
- Pomar, V. (2016). *Cenário internacional*. Recuperado de <http://valterpomar.blogspot.com.br/2016/12/cenario-internacional.html?m=1>
- Rizek, C. S., Oliveira, F., & Braga, R. (Eds.), (2010). *Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira*. São Paulo, SP: Boitempo.
- Rodrigues, M. (Ed.), (2017). *Um golpe por dia: 365 direitos perdidos*. São Paulo, SP: Alerta Social, 2017.
- Sader, E. (Ed.). (2016). *O Brasil que queremos: nossas novas utopias*. Rio de Janeiro, RJ: LPP/UERJ.
- Sguissardi, V. (2015). *Estudo diagnóstico da política de expansão da (e acesso à) educação superior no Brasil: 2002-2012* (mimeo). Piracicaba, SP.
- Silva Júnior, J. R. (2017). *The new Brazilian university. A busca por resultados comercializáveis: para quem?* (Rede de Estudos sobre o Trabalho). Marília, SP: Projeto Editorial Práxis.
- Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior. (Andes-SN). (2016). *Projeto do capital para a educação: análise e ações para a luta*. Brasília, DF: Imprensa Andes-SN.
- Singer, A., & Loureiro, I. (Eds.), (2016). *As contradições do lulismo: a que ponto chegamos?* São Paulo, SP: Boitempo.

Received on June 15, 2017.

Accepted on July 12, 2017.

License information: This is an open-access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.

INFORMAÇÕES SOBRE OS AUTORES

Deise Mancebo: Possui graduação em Psicologia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (1976), mestrado em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (1980), doutorado em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1995) e pós-doutorado pela Universidade de São Paulo. É professora titular da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), desenvolvendo suas principais atividades de pesquisa no Programa de Políticas Públicas e Formação Humana (PPFH), do qual foi fundadora e membro da coordenação de 2006 a 2012. É coordenadora da Rede Universitas/Br e líder do Grupo de Pesquisa do CNPQ (Trabalho docente na educação superior). É bolsista do Programa Cientista do Nosso Estado da FAPERJ. É Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq - Nível 1D - CA ED - Educação.

E-mail: deise.mancebo@gmail.com

ORCID: <http://orcid.org/0000-0001-8312-4495>

João dos Reis Silva Júnior: Possui graduação em Engenharia pela Universidade de São Paulo (1982), mestrado em Administração pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1988), doutorado em História e Filosofia da Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1992) e pós-doutorado em Sociologia Política pela Unicamp (1999-2000), em Economia pela Universidade de São Paulo e University of London. É livre-docente em Educação pela USP e professor titular da Universidade Federal de São Carlos. É pesquisador convidado da Mercer University (GA-US) e foi professor visitante na condição de full professor na Arizona State University (2014-2015). É Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq - Nível 1A - CA ED - Educação.

E-mail: joaodosreissilvajr@gmail.com

ORCID: <http://orcid.org/0000-0003-2667-0371>

Joao Ferreira de Oliveira: Possui graduação em Pedagogia pela Universidade Federal de Goiás - UFG (1989), Mestrado em Educação pela UFG (1994), Doutorado em Educação pela Universidade de São Paulo - USP (2000) e Pós-doutorado em Educação pela USP (2010 e 2016). É Professor Titular da UFG. É presidente da ANPAE - Associação Nacional de Políticas e Administração da Educação (Biênio 2015-2017 e 2017-2019). Integra o Grupo Assessor Especial da Diretoria de Relações Internacionais - DRI/CAPES (desde 2016). É líder do Grupo de Pesquisa Estado, Política e História da Educação no Diretório de Grupos de Pesquisa do Brasil/CNPq. É Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq - Nível 1C - CA ED - Educação.

E-mail: joao.jferreira@gmail.com

ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-4135-6340>

Nota:

Os Autores foram responsáveis pela concepção, delineamento, análise e interpretação dos dados; redação do manuscrito, revisão crítica do conteúdo e aprovação da versão final a ser publicada